



BOLETIM DA

aepetASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

OUTUBRO/91

EXTRA

AEPET responde a João Santana em defesa do monopólio estatal do petróleo

Em entrevista ao Jornal do Brasil, edição de 13.09.91, o Ministro da Infra-Estrutura, João Santana, atacou o monopólio estatal do petróleo, classificando como "verdadeira paranóia" a ação dos patriotas que defendem esta conquista histórica que o

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1991.

*Exmo. Sr. Dr.
JOÃO SANTANA*

D.D. Ministro de Estado da Infra-Estrutura

Em entrevista publicada no Jornal do Brasil, de sexta-feira, 13.09.91, página 4, com o título "SANTANA ATACA O MONOPÓLIO DA PETROBRÁS", Vossa Excelência começa por definir como "paranóia" o que na verdade é patriotismo, zelo e defesa dos mais legítimos interesses nacionais.

É evidente que Vossa Excelência se manifesta carente de sensibilidade patriótica, pois chega ao ponto de confundir um estado mental patológico com os mais nobres sentimentos de civismo.

Que posição é esta de um Ministro de Estado que vem a público defender a entrega ao capital internacional de um setor econômico e militarmente estratégico como é o da indústria do petróleo?

Verifica-se que é uma proposta claramente antinacional e, o pior, formulada sem o menor fundamento. Somente a desinformação pode levar a tão aberrante entendimento, quando o certo é que a PETROBRÁS vem cumprindo plenamente a sua missão constitucional.

Na verdade a PETROBRÁS alcançou tão notável desenvolvimento no desempenho de suas tarefas que foi classificada, pela OFFSHORE TECHNOLOGY, entre as três melhores companhias petrolíferas do mundo, levando-se em conta a qualidade dos seus recursos humanos, sua capacitação tecnológica, eficiência e incontestável liderança na exploração petrolífera em águas profundas.

A realidade é que por mais de oitenta anos o capital estrangeiro não se interessou em descobrir petróleo no Brasil, naturalmente por dois motivos de indiscutível interesse alienígena: Dispunha de óleo em abundância para abastecer o mercado mundial e, ao mesmo tempo, desejava manter o Brasil na dependência econômica de seus fornecedores.

Numa segunda fase propagaram não haver petróleo em nosso País.

Descoberto o petróleo, pelos brasileiros, passaram a divulgar que nos faltavam capacidade técnica e recursos financeiros para explorá-lo. Os fatos demonstraram, cabalmente, que todas essas falácias estão desmoralizadas.

Os brasileiros, partindo da estaca zero, construíram a maior empresa do País, a maior, aliás, do Hemisfério Sul.

No mundo, entre centenas de empresas de petróleo, já somos

Governo Collor, descumprindo compromissos públicos de campanha, pretende, agora, abolir com o Emendão. A AEPET endereçou mensagem ao Ministro que publicamos na íntegra.

a 12ª maior companhia. E entre as 500 maiores empresas mundiais, de todos os ramos, já nos situamos no 51º lugar. (dados da revista Fortune, July, 29, 1991).

O retorno dos contratos de risco, advogado pelo Ministro da Infra-Estrutura, é uma proposição nada imaginativa. De tal ordem foi o fracasso de sua aplicação, entre nós, que os constituintes de 1988 resolveram declarar a sua proibição no texto constitucional.

Foram 243 contratos de risco, firmados à margem da anterior constituição, com as trinta e cinco maiores empresas petrolíferas do mundo, e que, no período de 15 anos, embora abrangendo uma área superior à oitenta por cento de nossas bacias sedimentares, praticamente não lograram descobrir uma gota sequer de petróleo. Em período muito menor a PETROBRÁS mais do que quadruplicou a produção nacional de petróleo e gás natural.

Observe-se que, na Bacia de Santos, a PETROBRÁS descobriu os Campos Submarinos de Tubarão, Estrela do Mar e Coral em áreas prospectadas por oito anos, sem quaisquer resultados, pelas empresas Pecten, Chevron, Marathon e British Petroleum.

Não há dúvida que a Companhia Vale do Rio Doce é uma grande empresa, motivo de orgulho para os brasileiros. Porém da mesma forma é a PETROBRÁS que consegue situar-se no nível da maior empresa do País não obstante tenha os seus preços fixados pelo governo, que contrariando a legislação não leva em conta os custos de produção. Enquanto isso os preços da Vale do Rio Doce são determinados, em dólar, pelo mercado internacional.

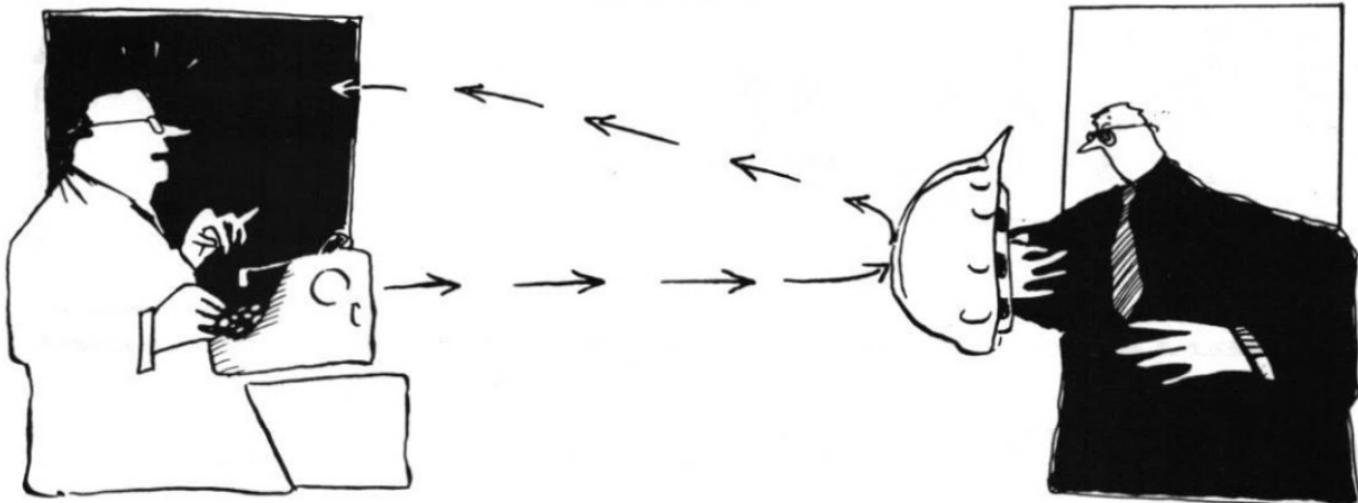
Afirma o Ministro "que a CVRD é, ainda por cima uma das raras estatais que recolhem dinheiro ao Tesouro". A PETROBRÁS, sem depender de um centavo sequer de recursos do Tesouro, contribui com 3 milhões de empregos indiretos e 10% do PIB brasileiro.

Pagou, em 1990, US\$ 1,24 bilhão em impostos, US\$ 1,2 bilhão em encargos sociais e US\$ 116 milhões em royalties! E, ainda por cima, tem a receber do Governo Federal uma dívida líquida de US\$ 2,039 bilhões.

Estes são os fatos, indiscutíveis, que somente a má fé e a falta de patriotismo podem negar ou obscurecer. Esta é a verdadeira situação da PETROBRÁS, conquista de nossa gente, enraizada no coração do povo e no espírito das elites.

Atenciosamente,

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS — AEPET



AEPET defende petroleiros

Resposta ao JB

Com o título "inimigos públicos" o *Jornal do Brasil* publicou, no último dia 12 de setembro, um editorial atacando a greve dos petroleiros e tecendo considerações desairosas sobre os trabalhadores da

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1991.

Ao *Jornal do Brasil*
Seção Carta aos Leitores
Jornalista responsável: Carmem

Em seu editorial do último dia 12, "inimigos públicos", o JB apresentou uma série de afirmativas, referentes à PETROBRÁS, que não correspondem à realidade. Senão, vejamos:

1) Os empregados da PETROBRÁS, quando participam de uma greve, têm seus dias descontados, ao contrário do que afirma o JB. A propósito, no pagamento de agosto foi descontada a última parcela da paralisação de março. Tem-se consciência de que a greve significa um ônus também para o empregado;

2) Os empregados da PETROBRÁS não são estáveis, sendo regidos pela CLT, com direitos e deveres iguais a de qualquer trabalhador de empresa privada, conforme estabelece o art. 173 da Constituição Brasileira;

3) As reivindicações dos empregados visam apenas às reposições de perdas salariais, decorrentes da inflação;

4) A decretação da greve não foi repentina, obedecendo às exigências da Lei 7783 (lei de greve), inclusive com publicação no JB de aviso à população, dentro do prazo estabelecido na citada lei, após longo processo de negociação com a PETROBRÁS;

5) O Estado brasileiro não está falido. Passa por dificuldades como todo o País af incluído o setor privado, pela condução dada ao País por governantes, que usaram empresas estatais para conseguir empréstimos externos e favorecer grandes grupos privados;

6) Nos setores de petróleo, petroquímica e fertilizantes a PETROBRÁS é responsável pelo sucesso do País, contribuindo com três milhões de empregos indiretos e 10% do PIB brasileiro, sem depender um centavo sequer de recursos públicos. Ao contrário, pagou, segundo relatório da Companhia do primeiro semestre deste ano, US\$ 1, 24 bilhão de impostos, US\$ 1,2 bilhão em encargos sociais, US\$ 116 milhões em "royalties", tendo a receber, no seu relacionamento com o Governo Federal, uma dívida líquida de US\$ 2,039 bilhões;

7) O principal problema do setor público não é seu pessoal, como afirma o JB. Ao contrário, os anos 80 tiveram a PETROBRÁS e a ENI, estatal italiana, como expoentes de crescimento

Petrobrás. Em defesa dos funcionários e objetivando esclarecer a opinião pública nosso presidente, Diomedes Cesário da Silva, endereçou àquele Jornal a correspondência que publicamos na íntegra.

da indústria petrolífera do mundo, enquanto as empresas dos demais países tiveram uma franca desaceleração. Recentemente a PETROBRÁS ficou classificada entre as três melhores empresas petrolíferas do mundo, pela avaliação da OFFSHORE TECHNOLOGY. Além disso, apresentou o quarto maior lucro em relação ao patrimônio e o nono lugar em lucratividade, de acordo com a revista FORTUNE (julho/91), suplantando a SHELL e a EXXON (ESSO). No Brasil, a revista EXAME, nos últimos sete anos, conferiu por cinco vezes o título de melhor desempenho para PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A — BR, empresa estatal, que compete com distribuidoras privadas nacionais e multinacionais, como, por exemplo, a SHELL e a EXXON (ESSO).

O custo de perfuração de um poço submarino é de 7 milhões de dólares e o grau de acerto médio mundial é de 5%, enquanto o da PETROBRÁS é de 15%, o melhor do mundo. Durante a vigência dos contratos de risco, a Bacia de Santos, futura grande produtora de petróleo, descoberta pela PETROBRÁS, esteve nas mãos das empresas estrangeiras, que não conseguiram encontrar petróleo;

8) Quanto à má gestão e corrupção, apontadas pelo jornal, cabe dizer que o corpo técnico tem denunciado quaisquer tentativas de ingerência estranhas à Companhia e tem defendido um contrato de gestão, aprovado pelo Congresso, que permita um plano de investimentos e gestão compatíveis com as necessidades do País, sem que o Executivo troque o presidente da PETROBRÁS a cada quatro meses, como vem ocorrendo com o atual governo. Países como a França e Itália já praticam tais contratos desde o final da década de sessenta.

Na certeza que estes esclarecimentos serão levados ao conhecimento dos leitores deste jornal.

Atenciosamente,

DIOMEDES CESÁRIO DA SILVA

Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás-AEPET

Rua Senador Dantas 75 sala 1801 — Centro — Rio de Janeiro

Telefone: 220-4774

SETEMBRO/1991